

No dia 18 de setembro de 1850, o Parlamento brasileiro aprovou a lei nº 601 que ficou conhecida como a “Lei de Terras”.

- a) Indique uma alteração no regime da propriedade fundiária no Brasil prevista pela lei.
- b) Quais os beneficiários desse dispositivo jurídico no século XIX?
- c) Mencione dois efeitos dessa legislação sobre as formas de organização do trabalho na economia cafeeira.

Questão H02**RESPOSTA**

a) A Lei de Terras de 1850 mudou a legislação a respeito da posse de terras no Brasil. A partir desse momento não era mais possível a posse da terra por ocupação. As propriedades seriam adquiridas somente a partir da compra ou da doação do imperador. Além disso, as terras devolutas (sem donos) passavam para as mãos do Estado.

b) Os principais beneficiários desse tipo de dispositivo jurídico foram o próprio Estado brasileiro e os proprietários de terras. O Estado imperial vendeu as terras devolutas e esses recursos foram utilizados em outros projetos, como as ferrovias e o financiamento da imigração europeia. Na medida em que a Lei de Terras dificultava o acesso às propriedades, ex-escravizados e imigrantes europeus, por exemplo, não conseguiam comprar terras imediatamente, devido ao alto valor. Assim, essa situação prendia os trabalhadores ao mundo rural, isto é, eles continuariam a ser a mão-de-obra para os grandes senhores.

c) A Lei de Terras causou efeitos na forma de se organizar o trabalho na economia cafeeira. Uma primeira consequência foi a valorização do trabalho assalariado, na medida em que tanto imigrantes europeus quanto ex-escravizados se interessavam em receber pagamentos que, uma vez acumulados, depois de anos de trabalho, poderiam possibilitar a compra de uma pequena propriedade, transformando, então, o empregado em proprietário. Além disso, a Lei de Terras serviu como preparação para a imigração europeia, pois os imigrantes demorariam para poder comprar as propriedades. Eles também não poderiam mais ter as terras por posse. Essa estrutura facilitou o projeto de imigração e, com isso, uma mudança na mão-de-obra que, naturalmente, também se vinculava aos projetos de embranquecimento do Brasil.